

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0010-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.103222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

LEGISLAÇÃO SOBRE TERRORISMO E FORMAS DE CONCURSO DE AGENTES NO BRASIL

Felipe Justo José Dessoy Caraballo

Dhyelson Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223031>

CAPÍTULO 2..... 18

NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA O EMPREGO DO POLICIAMENTO MONTADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Diogo Buarque Pereira

Joao Carlos Salvador de Lima Santos

Livia Carolina de Souza Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223032>

CAPÍTULO 3..... 33

PCH: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA URBANA E REGIONAL

Paulo Ormino de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223033>

CAPÍTULO 4..... 52

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E FRAGILIDADES DO POTENCIAL GERMINATIVO DA CIDADANIA FEMININA

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Roberta Rodrigues Trierweiler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223034>

CAPÍTULO 5..... 63

LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Gizele Cristina Carvalho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223035>

CAPÍTULO 6..... 76

ANÁLISIS FODA MUNICIPAL COMO HERRAMIENTA Y ESTRATEGIA CONTRA LA POBREZA: ESTUDIO DE CASO SAN ANDRÉS HUAYÁPAM, OAXACA, MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Soledad Nuñez Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223036>

CAPÍTULO 7	86
A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL ABRANGENDO A VIOLÊNCIA AUTO INFLIGIDA NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA	
Marialda Esmanhotto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223037	
CAPÍTULO 8	93
NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL	
Mariana Hasen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223038	
CAPÍTULO 9	103
O DIREITO A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	
Débora Santos Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223039	
CAPÍTULO 10	113
EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO MESTRADO EM GESTÃO E DIREÇÃO HOTELEIRA - ESTM	
Ana Sofia Viana	
Sónia Pais	
Ana Elisa Sousa	
Michael Schon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230310	
CAPÍTULO 11	131
DESEMPENHO ESCOLAR E GASTO PÚBLICO MUNICIPAL EM EDUCAÇÃO: AS EVIDÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Italo Fittipaldi	
Débora Evelyn Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230311	
CAPÍTULO 12	153
GARANTISMO E LEGALISMO: UM ESTUDO SOBRE MODELOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Ana Flávia Silva Marques de Menezes	
Ana Cristina do Nascimento Peres Albernaz	
Ana Maria Soares Freitas Pereira Leal	
Ana Célia de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230312	
CAPÍTULO 13	165
AS GEOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL SOBRE O MUNICÍPIO DE MARABÁ, PARÁ	
Marley Trajano Lima	

João Donizete Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230313>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	179
ÍNDICE REMISSIVO.....	180

CAPÍTULO 4

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E FRAGILIDADES DO POTENCIAL GERMINATIVO DA CIDADANIA FEMININA

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Universidade Católica de Pelotas - PPG em
Política Social e Direitos Humanos/ Curso de
Serviço Social
Pelotas - RS
<http://lattes.cnpq.br/0884189877142984>

Roberta Rodrigues Trierweiler

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - RS
<http://lattes.cnpq.br/4515067800983617>

RESUMO: Este trabalho se propõe refletir qual o efeito do Programa Bolsa Família (PBF), de forma especial, nas relações de gênero e no exercício da cidadania, na vida de um grupo de beneficiárias. Cabe lembrar que o PBF criado em 2003, e extinto no final de 2021, tinha no seu desenho, a figura feminina como principal beneficiária. Apresentando dados de pesquisa realizada no período de 2011 e 2012, envolvendo mulheres residentes no Loteamento Dunas no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, destacamos que a centralidade da mulher no Bolsa Família é inegável, pois cabia a ela a titularidade do benefício e, na prática, o cumprimento das condicionalidades do programa, entretanto, pode-se afirmar que seu papel tem permitido assegurar o atendimento das necessidades domésticas e dos filhos, não garantindo um maior empoderamento,

como previa as diretrizes do programa, o que poderia acontecer, desde que houvesse uma maior articulação com outras políticas sociais. Entretanto, não será possível seu avanço, haja vista a sua extinção. Finalizando, se faz necessário um olhar atento sobre o Programa Auxílio Brasil, dada as incertezas que o revestem, desde o valor a ser repassado aos beneficiários, duração temporal, critérios de acesso, dentre outros aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, gênero, cidadania, Programa Bolsa Família.

FAMILY ALLOWANCE PROGRAM: LIMITS AND FRAGILITIES ON GERMINATION POTENTIAL OF WOMEN CITIZENSHIP

ABSTRACT: This study proposes to reflect what is the effect of Family Allowance Program (FAP), particularly in gender relations and citizenship practice, in a benefiting group's lives. It is worth remembering that the FAP created in 2003, and extinguished in the end of 2021, had the women as the main beneficiary. According to research data done between 2011 and 2012, with women who live in Dunas neighborhood in Pelotas city, in Rio Grande do Sul state, it is emphasized that the woman centrality into the Allowance Family Program is undeniable since it was hers the entitlement of the benefit and, as well as, the program condition compliances. Furthermore, it can be stated that the woman's role ensures the household and children needs, not providing a greater empowerment as it was expected by the program guidelines, what could happen if there was a better interaction with other social policies. However, this program will not move forward

because of its extinction. Finally, it is necessary a close look about Aid Brazil Program, due to the uncertainties this program has, since the amount paid to the beneficiary, period of time, access criteria, among other aspects.

KEYWORDS: Woman, gender, citizenship, Family Allowance Program.

1 | INTRODUÇÃO

A alta concentração de renda nas mãos de uma minoria e o aumento da pobreza tornou necessária a inclusão na agenda política da discussão sobre os programas de transferência de renda, os quais passaram a integrar o Sistema de Proteção Social Brasileiro, dos quais se destaca o Programa Bolsa Família considerado o principal programa de transferência direta de renda condicionada. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), até outubro de 2014, “22 milhões de brasileiras e brasileiros superaram a extrema pobreza com o Bolsa Família; 1,35 milhão de famílias que eram extremamente pobres {...} entraram no Bolsa Família” (MDS, 2014, p.27).

A conjuntura pandêmica que atinge o mundo inteiro desde o começo de 2020, acirrou, sobremaneira, as desigualdades sociais já existentes no Brasil, atingindo a classe trabalhadora, dando origem a um aumento expressivo de desempregados e/ou subempregados dependentes da intervenção governamental. Dessa forma, fortemente pressionado por partidos de esquerda e movimentos sociais, o governo implantou o auxílio emergencial, o qual, não foi suficiente para garantir a sobrevivência da grande parcela de trabalhadores desempregados, tendo em vista a necessidade, da manutenção da transferência de renda associada a criação de frentes de trabalho, com vínculos empregatícios que não obriguem aos trabalhadores se colocarem como empreendedores assumindo para si, a responsabilidade de se sustentar em meio a uma crise sem precedentes. Entretanto, na contramão desta realidade, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Programa Bolsa Família (PBF) e em seu lugar criou o Auxílio Brasil, afirmando que este será mais eficaz no atendimento à população mais pobre. Na verdade, podemos perceber que não há diretrizes claras de como este novo Programa vai atuar no enfrentamento da pobreza, nem de onde serão captados recursos para tal a manutenção De tal programa.

Outro aspecto importante a ser destacado é que em decorrência da pandemia, há estudos que alertam o crescimento da pobreza em lares com chefia feminina. Fortalecer e/ou ampliar políticas sociais voltadas para mulheres, se torna um desafio a ser enfrentado sem demora.

Há um intenso debate sobre as políticas públicas quanto a sua capacidade de enfrentamento ou redução da pobreza e o atendimento às famílias, porém pouco se discute os efeitos destas políticas na vida das mulheres. Segundo Novellino (2004), as políticas públicas se destinam mais à sobrevivência de mulheres pobres e seus filhos do que ao propalado empoderamento, desconsiderando sobremaneira a questão de gênero.

Strey (1997) afirma que cada sociedade atribui determinados papéis a homens e mulheres; e esses, frequentemente, se ajustam a certas ideias de como são ambos os sexos: os homens trabalham fora de casa, com uma função produtiva e pública, pois seu estereótipo é orientado para o exterior, enquanto as mulheres são donas de casa, voltadas para a família e tiveram sua identidade constituída discursivamente, sob uma argumentação ecológica, a partir de sua função reprodutiva, sendo seu estereótipo então voltado para o interior, para o espaço privado. Assim, embora os estereótipos não sejam regras, podem chegar a ter um efeito normativo sobre ideias e comportamentos, limitando as possibilidades de desenvolvimento social. Prá (1996) afirma que o lugar que uma mulher ocupa na sociedade vai depender do sentido que adquire aquilo que faz através das interações concretas, que se dão por meio das práticas de suas relações sociais e que estão carregadas de sentidos perpetuadores de seus papéis de gênero.

Reconhecendo que é de fundamental importância a análise da posição que hoje a mulher ocupa em programas como o Bolsa Família, e devido ao fato deste atender no município de Pelotas 11.882 famílias, no mês de outubro de 2013, a presente pesquisa pretendeu investigar qual o efeito do Programa Bolsa Família sobre a vida destas mulheres, e em especial, sobre as relações de gênero travadas por estas em seu cotidiano, bem como no processo de construção de sua cidadania. Elegeu-se como público alvo as beneficiárias/titulares do programa, atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Areal no município de Pelotas/RS e residentes no Loteamento Dunas.

A pesquisa desenvolvida teve um caráter qualitativo. Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados o levantamento bibliográfico sobre a normatização e regulamentação das diretrizes do PBF, bem como a análise do acervo documental referente ao Cadastro Único dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (CadÚnico) e do Cadastro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Areal, bem como a realização de entrevistas semi-estruturadas com um grupo de 13 beneficiárias/titulares.

A definição dos sujeitos sociais balizou-se pela utilização de critérios tais como beneficiárias/titulares residentes no loteamento Dunas e inseridas no PBF durante os anos de 2011 e 2012; casadas, em união estável ou com companheiros e também com filhos até 17 anos e que não dispusessem de nenhuma outra fonte de renda. A articulação entre os pressupostos teóricos e os dados empíricos coletados foi realizada na tentativa de revelar as tensões e até as contradições da sociedade e, que muitas vezes, não corresponde à visão que cada mulher tem de si mesma. Visão esta que apresentamos, mesmo que de forma breve, a seguir.

2.1 BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE E PELAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE PELOTAS

2.1 Perfil das Beneficiárias

Mesmo ciente das infinitas particularidades que compõem a identidade de cada uma dessas mulheres, procurou-se traçar um perfil de cada uma delas. Como forma de garantir o anonimato das entrevistadas, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, representados pelas denominações de pedras preciosas, devido à riqueza e singularidade contida em cada história compartilhada por elas. Portanto, Turmalina, Quartzo, Água, Água Marinha, Topázio, Ônix, Turquesa, Diamante, Ametista, Esmeralda, Safira, Rubi e Pérola abrilhantaram literalmente a realização da pesquisa.

Ao traçar este perfil revelou-se um grupo relativamente maduro, já que setenta por cento delas está acima dos 30 anos, o que contraria o perfil delineado pelos relatórios em nível nacional elaborados pelo MDS que apontam as mulheres jovens como preponderantes entre as titulares. Um baixo nível de escolaridade foi identificado entre as pesquisadas, limitando-se a experiência de educação escolarizada delas ao ensino fundamental e mais especificamente às séries iniciais deste ciclo.

Verificou-se que cinquenta por cento delas já estava vivenciando sua segunda união e que os atuais companheiros não eram pais de seus filhos, ilustrando os argumentos sobre os novos arranjos familiares decorrentes do elevado número de separações. Entretanto, este segundo relacionamento não alterou a configuração de famílias nucleares— composta pela mãe, marido/companheiro, pai/padrasto e filhos – encontrada em noventa e nove por cento das entrevistas. Famílias estas que tem a figura da mãe dedicada integral e quase que exclusivamente ao trabalho doméstico, alijadas da participação no mercado de trabalho formal.

2.2 O Programa Bolsa Família a partir das beneficiárias

Ao pesquisar sobre o impacto do PBF na vida destas mulheres, foi necessário resgatar, antes de tudo, qual a apreensão e avaliação delas sobre o programa e ainda como se dá esta relação. As narrativas aqui apresentadas são representativas da maioria das respostas obtidas.

É uma ajuda muito da boa. Tá tudo muito bom. Foi muito bem-vindo. Com ele eu compro uma comida melhor, um caderno, um lápis, uma merenda mais fortinha. (TOPÁZIO)

É ótimo. Aí eu tenho uma coisa certa prá receber. É nota 1000 esta ajuda sim. (TURQUESA)

Prá mim e prá minha filha é uma ajuda muito grande mesmo. As pessoas precisam mesmo. (ÁGATA)

A noção de ajuda ou favor é recorrente e pode trazer consigo duas implicações. A primeira, registrada diretamente em algumas falas, remete ao baixo valor do benefício e

à insuficiência deste para dar conta das despesas da família, constituindo-se então este em um auxílio, o que seria paradoxal no caso das entrevistadas, já que metade delas depende exclusivamente do benefício, ou seja, constitui-se então na única renda da família. A segunda hipótese sugere um desconhecimento de direitos, preconizados na Constituição Federal de 1988 e também da responsabilidade do poder público em garantir a seus cidadãos condições dignas de vida. E é neste momento, como bem alerta Sposati *et al* (2006) que assistência se constitui em um não-direito.

Ao serem questionadas sobre o fato do MDS ter escolhido as mulheres como principais responsáveis pelo recebimento em nome da família, a clássica justificativa para tal se baseia no pseudo argumento da inata capacidade destas em administrar os assuntos relativos ao lar e à família.

Porque é as mulheres que tomam conta dos filhos. Então tem que tá na mão delas prá controlar tudo bem direitinho. (TOPÁZIO)

Eu acho que as mulheres sabem as necessidades dos filhos, comida, calçado, material escolar [...]. Acho que eles (o governo) viram na mulher uma pessoa mais responsável. (ÔNIX)

Nas falas das entrevistadas, percebe-se que elas assumiram o cuidado aos seus membros dependentes, se colocando como elemento-chave da manutenção do grupo familiar. Para Regina Célia Miotto, “o cuidado, nesse contexto, é entendido como algo natural e intrínseco às famílias e é representado nas instituições pela figura do acompanhante — geralmente mulher “ (MIOTO, 2015, p.709).

Outra questão importante, que deve ser destacada é a ausência de percepção de um potencial de empoderamento por parte destas mulheres, pois a titularidade do cartão resume-se então à possibilidade de garantir aos filhos e à família de modo geral, o atendimento de suas necessidades materiais básicas. Em nenhuma fala, há a manifestação de referência a elas *per se*, na melhor das hipóteses se supõe que elas se incluem na família ou no “todo mundo”.

Na tentativa de dimensionar o envolvimento das beneficiárias com o programa, além do recebimento do benefício, investigou-se se elas tinham conhecimento sobre a existência de atividades e/ou ações promovidas pelo PBF (como por exemplo, cursos voltados à inclusão produtiva e promovidos pelo PRONATEC ou pelo Programa Mulheres Mil), e se participam, ou participaram em algum momento destas, e ainda verificar a influência destas na vida delas e na da família.

De forma unânime, afirmaram nunca ter participado de nenhum curso e que desconheciam a oferta de algum. Somente Ônix relatou que havia se inscrito, há dois anos, no CRAS/Areal para um curso de pintura em guardanapo, mas que o mesmo não chegou a ser ofertado por falta de interessadas. O que de antemão pode-se inferir é que a única iniciativa mencionada de qualificação foi revestida de um tradicional papel de gênero, à medida que associa a habilidade de grande parte das mulheres em trabalhos manuais com

o espaço privilegiado da cozinha.

2.3 As beneficiárias do Bolsa Família e suas relações de gênero

O grande desafio de todas as mulheres e em especial das integrantes deste estudo das beneficiárias/titulares do PBF, é o compromisso de ser aquilo que elas entendem por mulher. Ao serem questionadas sobre o que é ser uma mulher, as entrevistadas deixaram transparecer uma total ausência de identidade enquanto sujeito autônomo.

Não sei não. É simplesmente ser. (ÁGUA MARINHA)

Não sei explicar. Não sei te dizer. É uma benção. (ÁGATA)

Não sei dizer não. É tanto filho né? Ser mulher é ser mãe. (SAFIRA)

A concisão dos relatos sugere, primeiramente, a prática pouco frequente, ou até inexistente, de reflexões e problematizações sobre sua existência.

Embora vivenciem, com intensidade, os aspectos subjetivos de suas identidades, seus conflitos, suas angústias, seus transtornos, assim como qualquer ser humano de qualquer classe social, é evidente que os níveis de reflexão e abstração em torno de si e de suas vidas ainda são práticas pouco exercitadas (PEIXOTO, 2010, p.81).

As respostas indicam que elas não pensam em sua existência por si ou para elas mesmas. Sua existência está intrinsecamente relacionada a seus papéis em função de outrem, de ser mãe ou esposa/companheira, ou ainda, e simultaneamente, atrelada a tarefas e comportamentos sociais e culturais historicamente atribuídos às mulheres, como ilustram as narrativas abaixo.

Ser mulher é ser dona de casa, cuidar dos filhos e do marido. (TURQUESA)

Mulher é tudo. É dona de casa, é cuidar do filho, cuidar do marido. Fazer a função toda da casa, lutar para fazer os filhos estudarem. (DIAMANTE)

Para Potyara Pereira (2006) a responsabilidade em cuidar da casa, da família, enquanto atribuição feminina pode gerar condições de pobreza ainda mais significativas, tendo em vista que

chefiar família e cuidar dos filhos, de enfermos e idosos - porque esta continua sendo atribuição feminina - constitui uma via para o empobrecimento. A situação piora na velhice, pois muitas formas de provisão social, especialmente a aposentadoria, são baseadas em contribuições de longo prazo provenientes, de regra, do trabalho formal assalariado. (PEREIRA, 2006, p.35).

Embora possa se observar nas falas das entrevistadas, um arraigado determinismo social e até mesmo ideológico de condutas femininas, não se pode desconsiderar a história pessoal e as relações interpessoais travadas por estas mulheres e que influenciam a formação de sua identidade. À medida que não foi resgatada a história de vida destas mulheres antes do ingresso no programa, não seria possível, de forma satisfatória, explicar o processo de construção de suas identidades e personalidades. Entretanto percebe-se a

exaltação de qualidades virtuosas da condição feminina, mas que também são necessárias para o enfrentamento das tarefas que lhe são impostas por esta mesma condição.

Ao serem questionadas sobre a existência de desigualdades entre homens e mulheres, as respostas foram muito semelhantes.

Não existe desigualdade. (TURMALINA)

Não sei [...] acho que não. É tudo igual. (QUARTZO)

No estudo realizado pelo IBGE (2018) denominado Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil, há a ênfase para a presença dessa desigualdade, entre homens e mulheres, destacando que:

Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas funções e responsabilidades atribuídas, atividades desenvolvidas, acesso e controle sobre os recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão. Estas diferenças e as desigualdades entre os sexos são moldadas ao longo da história das relações sociais, mudando ao longo do tempo e em diferentes culturas (IBGE, 2018, .4).

Dentre as entrevistadas que mencionaram a existência de desigualdade no tratamento entre homens e mulheres, quase a totalidade referiu-se à inserção no mercado de trabalho e na conseqüente remuneração.

2.4 Cidadania das beneficiárias: as possibilidades de sua (des)construção

Cidadania não é um vocábulo definido e interpretado de maneira homogênea, carregando consigo uma multiplicidade de significados. Entretanto, é unísono no discurso dos autores que se dedicam aos estudos sobre gênero e também sobre cidadania, o reconhecimento que as mulheres de todos os países, em maior ou menor grau, chegaram ao mundo dos direitos e da cidadania tardiamente e as condições para tal foram ainda mais remotas. A fundação e regulamentação de direitos e deveres do cidadão e sua relação com o Estado está sedimentada na Constituição Federal promulgada em 1988.

Entretanto, o fato de todos os brasileiros estarem sob a égide deste texto constitucional não é garantia da possibilidade de exercício da cidadania. Procurou-se resgatar a compreensão das beneficiárias acerca de temas como direitos, cidadania e também identificar quais os efeitos e as transformações percebidas por estas mulheres, enquanto cidadãs, após o ingresso no programa.

Provocar a reflexão sobre a temática de imediato despertou nas entrevistadas um misto de expressões de desconhecimento, falta de familiaridade e até certa confusão entre direito e dever, como pode ser observado nas falas transcritas a seguir:

A gente trabalhar. Não tirar o que é dos outros. Seguir a vida da gente de forma direita . Uns poucos são respeitados, só quando eu trabalhava fora. (DIAMANTE)

Não sei dizer não. (ÁGUA MARINHA)

Deixa eu ver [...] de ir e vir. Como posso te dizer? Tá complicado. Ter um serviço que hoje tá crítica a coisa né. A gente pode ter um salário, coisa que eu não tenho. Preciso tanto de um salário. E ter tudo direitinho anotado na carteira, que assim a gente se garante e tem as coisas. (TOPÁZIO)

A categoria trabalho, ou melhor, trabalho fora de casa, se faz presente nas manifestações das entrevistadas, demonstrando a centralidade deste nas relações e práticas sociais. De acordo com Ricardo Antunes (1999) o trabalho é idealizado na consciência de cada um e se constitui em fundamento de um processo de aquisição de autonomia. Segundo o autor, a importância do trabalho está no fato de ser uma fonte primária de realização do ser social, protoforma da atividade humana. Porém, deve-se atentar que o autor se refere aqui ao trabalho como atividade vital à medida que desenvolve sua função de criação de valores de uso, o que não se restringe somente ao trabalho assalariado.

Ao serem questionadas se empreendiam alguma ação para defender seus direitos, apenas Ônix acenou positivamente, mas relacionou-a direta e imediatamente ao consumo e relações comerciais, como se pode observar:

Quando eu vejo que tão me roubando alguma coisa, já procuro o PROCON. Não tenho estudo, mas não sou boba não. (ÔNIX)

Como lembra Touraine (2007), a noção de sujeito está diretamente imbricada à ideia de direitos e esta à democracia. Democracia esta configurada a partir de uma concepção de um governo da lei a serviço dos direitos, que são afirmados e defendidos por todos os atores sociais que compõem este regime democrático. Dialeticamente, um sujeito de direito não é um produto da democracia, ele é sua condição essencial. Sob este prisma, as beneficiárias pesquisadas estão à margem da luta e defesa desses direitos.

Para avançar na discussão sobre cidadania plena, primeiro se faz necessário analisar o segundo elemento desta equação direitos-cidadania, à luz da compreensão das beneficiárias sobre sua condição de cidadã.

A questão apresentada – O que é ser cidadã? – aparentemente revestida de certa simplicidade, revelou-se de uma complexidade enorme no que tange à obtenção de respostas e de concatenação de ideias por parte das entrevistadas. Não é inequívoco afirmar a retroalimentação inerente à equação direitos-cidadania, por isso optou-se por elencar as narrativas sobre cidadania das mesmas entrevistadas que foram elencadas para a discussão sobre direitos, de forma a verificar o encadeamento de ideias sobre o tema.

Ser cidadã é a gente cumprir com seus deveres. Como posso te dizer [...] com um pouco de cada coisa a gente vai dando conta da vida. (DIAMANTE)

Agora não vou saber te responder. Vou ter que pensar muito sobre isso. Fica prá outra hora tá? (ÁGUA MARINHA)

Prá mim pessoas cidadãs são aquelas que mostram sua educação. Ultimamente tem pessoas sem educação. Pessoa cidadã é aquela que respeita os seus limites. (TOPÁZIO)

Ao traçar um paralelo entre as discussões travadas sobre direitos e as que abordaram a cidadania, é interessante notar que nenhuma das falas elencadas demonstra uma associação entre os dois temas. Como já mencionado anteriormente, o trabalho foi o direito mais enunciado pelas pesquisadas, entretanto não foi citado ao se falar sobre a cidadania. Outro apontamento que se faz necessário é o fato de cinquenta por cento delas afirmaram não saber do que se tratava. Em outros casos, a compreensão de cidadania manifestada em nada se aproxima do entendimento exarado sobre os direitos.

Ao propor às entrevistadas uma avaliação comparativa de sua situação, enquanto cidadã, antes do ingresso no programa e após dois anos de permanência no mesmo, narrativas carregadas de sentidos semelhantes despontaram.

Eu acho que o Bolsa Família ajudou bastante. Claro que não é uma nota que eu vá sempre seguir, mas com certeza ajudou as pessoas mais pobres. Antes eu não podia comprar quase nada. Hoje eu compro comida prá nós, roupa e calçado pros filhos. (ÔNIX)

Mudou muito a minha vida, porque o dinheiro ajuda muito. Tem dinheiro prá comprar o gás. Hoje tenho condições de botar na mesa comida boa, comprar um chinelo pros guris. Tô pensando até em um celular. (PÉROLA)

Melhorou muito, mesmo sendo pouco dinheiro, porque a gente não tinha nada. Agora eu recebo direitinho e posso comprar as coisas. (SAFIRA)

A análise que foi feita até o presente momento, ao tentar apreender o impacto do PBF no processo de construção de cidadania das entrevistadas, nos permite destacar a presença forte da valorização da inserção no mercado, na qualidade de consumidora. Isso vem demonstrar as falhas do PBF, na medida em que não fortalece o processo de construção de uma cidadania participativa que amplie a presença feminina nos espaços decisórios das políticas sociais.

Críticas são necessárias ao PBF, nestes 18 anos de existência, mas não é possível ignorar, que apesar das fragilidades nele presentes, o Programa conseguiu reduzir a pobreza em torno de 15% e a extrema pobreza em torno de 25%", conforme dados IPEA, em pesquisa realizada no ano de 2019.

3 | REFLEXÕES FINAIS

Segundo o MDS, ao optar-se pela mulher como titular no recebimento do benefício do Bolsa Família, este se transformou num importante instrumento de autonomia e empoderamento desta e do fortalecimento de seu papel na família e na comunidade, entretanto, ao ser incluída no programa, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, simbolizando os tradicionais papéis femininos de mãe e cuidadora e relacionando-a assim às funções atreladas ao âmbito privado, a um melhor conhecimento das necessidades da família e à responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades exigidas pelos programas.

A modificação da situação econômica das mulheres, de forma isolada, não assegura sua autonomização. A independência financeira permanece sendo o fator primordial do processo de evolução do ser humano e especialmente das mulheres, mas enquanto não se desencadearem consequências morais, sociais e culturais nada terá se transformado em direção a uma nova mulher em busca de sua cidadania (BEAUVOIR, 1980).

Neste sentido, o recebimento do benefício parece não ter impactado as relações travadas por estas mulheres. Mas o que desperta mais atenção é, que as narrativas não apontam qualquer indicação de que estas mulheres percebam um potencial transformador e até mesmo autonomizador de sua condição no benefício, como apregoam as diretrizes do PBF, nem mesmo no fato de disporem da titularidade do benefício.

É incontestável que programas, como o Bolsa Família, como já exaustivamente tem sido demonstrado no transcorrer deste trabalho, reforça a tradicional associação da mulher às atividades pertencentes à esfera reprodutiva e à maternidade. Porém, daí a afirmar que tal prática incute um caráter de gênero nestas ações muito vai depender daquilo que se entende por políticas desta natureza.

Afirmar que o caráter de gênero subjaz as políticas de assistência direcionadas às mulheres e às famílias não é equivocado se fosse desejado com isso ressaltar a reafirmação de uma relação hierárquica entre homens e mulheres, situando-os em campos opostos e que reverbera significativamente na organização e representação da sociedade.

Entretanto, em pensamento diverso, propõe-se pensar política efetivamente de gênero aquela que objetiva a propulsão das mulheres à condição de protagonistas de suas vidas e da afirmação destas como sujeitos, o que implica diretamente em analisar os processos, as estratégias, as práticas culturais e sociais que educam indivíduos como mulheres e homens. E isto se faz extremamente necessário, principalmente, se tivermos a pretensão de desenvolver ações de intervenção que permitam modificar, mesmo que minimamente, as relações de poder vigentes nos grupos em que vivemos e na sociedade em geral. Neste sentido, não se identifica no PBF um potencial de suplantação do padrão vigente de discriminação que assola a vida das mulheres.

Por fim, a análise evidenciou que o Programa Bolsa Família, apesar de seu potencial germinativo para a construção de uma política de cidadania, devido a sua transversalidade com outras políticas, não conseguiu ser efetivo na transmissão de uma noção de direitos que está na gênese de sua configuração e nem na construção de um espaço de protagonismo para estas mulheres desempenharem seus melhores papéis, de atrizes sociais, políticas e cidadãs.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Bontempo Editorial, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem Miséria**. Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa (orgs). Brasília:MDS, 2014.

COHN, Amélia. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil. **Estudos e Pesquisas** nº 85. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34949

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. n.124,2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0699.pdf>

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres**: um estudo na comunidade do Morro da Vitória. Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. Políticas Públicas e necessidades humanas com enfoque no Gênero. Revista Sociedade em Debate.Pelotas.EDUCAT,2006.

PRÁ, Jussara. Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: BAQUERO, Marcello. **Condicionantes da Consolidação Democrática**: Ética, Mídia e Cultura. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.: GODINHO, T. (org.) **Trabalho e Cidadania ativa para as mulheres**: desafios para a política pública. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher do Governo do estado de São Paulo, 2003, p. 89-100.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

STREY, M. Mulher, gênero e representação. In: STREY, M. (org.) **Mulher** – estudos de gênero. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das Mulheres**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 86, 87, 89, 92

Agente 2, 3, 10, 24, 104, 158, 161

Assistente social 86, 109, 110, 112, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163, 164

B

Bolsa Família 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62

Brasil 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 133, 135, 136, 147, 149, 150, 155, 158, 160, 163, 164, 166, 171, 172, 177

C

Cavalaria 12, 18, 19, 21, 25, 27, 31, 32

Cidadania 52, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 103, 104, 105, 106, 107, 153, 158, 159, 160, 163, 179

D

Desempenho escolar 109, 110, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Direitos 21, 42, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 69, 70, 73, 87, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 179

Docente supervisor 93, 95, 98, 102

E

Educação 21, 39, 40, 42, 43, 45, 50, 55, 59, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Empregabilidade 113, 114, 115, 117, 118, 125, 127, 128

Ensino superior 113, 115, 116, 117, 119, 121, 128, 130, 155, 156, 172

Escuta qualificada 86, 91

Estratégias 4, 23, 24, 61, 65, 68, 76, 90, 91, 104, 111, 164, 166

F

Feminina 52, 53, 57, 58, 60

Frente de prejudicados 63

G

Gasto público municipal em educação 131, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 152

Geotecnologia 165, 166, 167, 168, 170, 173, 174

Governo Militar 33, 36

Grandes projetos urbanos 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74

I

Indicadores de pobreza 76

Instrumentalidade 153, 154, 157, 158, 164

Iphan 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

L

Legislação 1, 9, 38, 105, 116

Lei 13.260/16 1, 10

Lo institucional 93

Lo personal 93, 94, 97

Lo relacional 93

Lutas sociais 63, 66, 69, 72, 73, 74, 104, 105, 110

M

Mestrado 1, 62, 74, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 179

Modelagem quantílica de dados em painel 131

P

Pesquisa qualitativa 18, 165, 167

Policiamento montado 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Polícia Militar 18, 22

Políticas Públicas 53, 62, 73, 74, 75, 86, 91, 103, 105, 107, 131, 149, 150, 154, 179

Professores de Geografia 165

R

Recursos humanos 21, 23, 78, 113, 116, 120, 126, 128

S

Serviço Social 52, 62, 63, 71, 74, 75, 86, 87, 91, 93, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 153, 157, 160, 162, 163, 164, 179

Supervisión académica 93, 94, 96, 98, 99

T

Terrorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17

V

Violência auto infligida 86, 87, 89, 90, 91

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

